



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Jéssica Lúcia da Silva Bulhões

**O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA RELEVÂNCIA
PARA A ALFABETIZAÇÃO: uma abordagem psicopedagógica**

Orientadora Prof^ª Dr^ª Norma Maria de Lima

JOÃO PESSOA

2015

JÉSSICA LÚCIA DA SILVA BULHÕES

**O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA RELEVÂNCIA PARA A
ALFABETIZAÇÃO: uma abordagem psicopedagógica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Norma Maria de Lima

Aprovado em: 03/12/2015

BANCA EXAMINADORA

Norma Maria de Lima
Prof.^a Dra. Norma Maria de Lima Prof.^a Ms.^a (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Andréia Dutra Escarião
Prof.^a Ms.^a Andréia Dutra Escarião (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA RELEVÂNCIA PARA A ALFABETIZAÇÃO: uma abordagem psicopedagógica

Resumo: A metodologia através de jogos e brincadeiras que trás o lúdico para as ações educativas, tem demonstrado grande relevância no fazer pedagógico, em especial nas primeiras etapas da educação onde a criança aprende através da ludicidade dos jogos e brincadeiras que povoam seu universo, promovendo a construção de conhecimentos no decorrer das diversas fases do desenvolvimento humano e a aquisição de algumas habilidades fundamentais para o bom êxito do processo de aprendizagem. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as habilidades desenvolvidas durante a Educação Infantil. Especificamente, pretende-se: classificar o desempenho das crianças nos pré-requisitos para a alfabetização; verificar a relevância da utilização dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Para tanto contamos com a participação de 10 alunos do Jardim II de uma escola particular da cidade de João Pessoa, com idade entre 5 e 6 anos ($m = 5,90$; $dp = 0,316$), sendo 50% masculino e 50% feminino. Usamos como instrumento para coleta de dados o teste de Avaliação do Repertório Básico para a Alfabetização (IAR). Os resultados alcançados foram os seguintes: 90% dos participantes acertaram os quesitos de lateralidade e direção espacial; com relação a verbalização de palavras 70% dos participantes acertaram; e nos quesitos de esquema corporal, posição, espaço, tamanho, quantidade, forma, discriminação visual, discriminação auditiva, análise/síntese e coordenação motora, acertaram 100% dos quesitos propostos, demonstrando que esse grupo de alunos está apto para prosseguir sua caminhada rumo a alfabetização. Os dados dessa pesquisa demonstram que o lúdico na educação das crianças pequenas é de relevância significativa para o sucesso da aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Lúdico. Educação infantil. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A metodologia através de jogos e brincadeiras que trás o lúdico para as ações educativas, tem demonstrado grande relevância no fazer pedagógico na Educação Infantil, promovendo a construção de conhecimentos no decorrer das diversas fases do desenvolvimento humano e a aquisição de algumas habilidades fundamentais para o processo de aprendizagem.

Segundo Leite (1984), o esquema corporal, lateralidade, posição, direção, espaço, tamanho, quantidade, forma, discriminação visual, discriminação auditiva, verbalização de palavras, análise-síntese, e coordenação motora fina, são habilidades consideradas pré-requisitos para a alfabetização.

A aprendizagem e o desenvolvimento estão estritamente relacionados, sendo que as crianças interagem com o meio no qual está inserida, com os objetos aos quais tem acesso e em suas relações sociais, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção; como encontramos em Vygotsky (1987).

Sendo assim, durante o período de alfabetização da criança é de grande significância que todos os envolvidos na aprendizagem estejam conscientes da importância que o lúdico possui na construção do conhecimento, uma vez que, a sua utilização pode contribuir de forma positiva no desenvolvimento escolar da criança, podendo auxiliar de forma significativa para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e motoras como: comparar, analisar, nomear, calcular, classificar, associar, conceituar, criar, entre outras.

Partindo desse olhar as ações educativas que usam o lúdico como caminho para a construção de aprendizagens significativas e prazerosas apontam para a realidade vivida por cada criança no mundo infantil e em conexão com o meio social vão construindo pontes para o desenvolvimento de alternativas para a construção de novas aprendizagens.

A partir das práticas lúdicas, as crianças passam a aprender a lidar com as emoções, equilibrando assim as tensões naturais do seu mundo cultural, construindo sua personalidade, sua marca pessoal e sua individualidade.

Para tanto, a escola deve facilitar a aprendizagem utilizando atividades lúdicas que propiciando um ambiente alfabetizador que favoreça o processo de aquisição da aprendizagem. Para tanto, o saber escolar deve ser valorizado socialmente e a

alfabetização deve ser um processo dinâmico e criativo através de jogos, brinquedos, brincadeiras e musicalidade, dentre outras atividades.

Através dos jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos a criança passa a construir seu conhecimento de forma mais descontraída, assim, o professor poderá utilizar esse método para auxiliar nas atividades de leitura, escrita, na matemática e em outros conteúdos, devendo, ter esse conhecimento e usar em momentos oportunos, pois, a construção de conhecimentos será mais fácil por parte das crianças.

Nesse prisma, Vygotsky (1998), considera primordial o trabalho no campo educacional quando proporciona o desenvolvimento do conhecimento científico, porém alerta que este deve ser construído a partir dos conceitos trazidos pelas crianças, pois possibilita o processo de elaboração conceitual.

O interesse em desenvolver o presente trabalho partiu da demanda de conhecer as práticas utilizadas por professores da Educação Infantil para promover de forma lúdica o desenvolvimento das habilidades tidas como pré-requisitos para o processo de alfabetização.

Perante a importância do conhecimento acerca das habilidades tidas como pré-requisitos para a alfabetização, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as habilidades desenvolvidas durante a Educação Infantil. Especificamente, pretende-se: a) classificar o desempenho das crianças nos pré-requisitos para a alfabetização; b) verificar a relevância da utilização dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil.

Esse trabalho será composto por uma parte conceitual sobre criança e suas especificidades, entendendo sobre a educação infantil e a importância do lúdico na educação infantil.

2 A CRIANÇA E SUAS ESPECIFICIDADES

Desde a antiguidade que as crianças são vistas como adultos em miniatura, no entanto, esta concepção vem sofrendo modificações ao longo do tempo, visto que, podem-se ter diferentes conceitos de criança pequena no mesmo local, pois dependerá da camada social na qual o grupo está inserido.

Philippe Ariès (1981) estudioso da temática sobre criança e infância, relata a evolução histórica desses conceitos em sua obra “História Social da Criança e da Família”, onde destaca o realismo da pintura para designar a ausência do sentimento de

infância destacando historicamente e culturalmente a imagem da criança como um “adulto em miniatura”, que é exposta à vida social sem nenhum tipo de restrição. Ariès destaca que “no mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XVIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981, P. 51).

Na arte encontramos muitos quadros de pintores famosos que retratam essa imagem de criança que Ariès (1981) destaca em seus estudos. Como exemplo destacamos a obra de Diego Velázquez: A Infanta Margarida que retrata muito bem as reflexões do autor.



Tela de Diego Velázquez: A Infanta Margarida (1653-1654). 127 cm x 107 cm. Óleo em tela.

De uma forma geral, sobre o conceito de criança, pode-se afirmar que a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico (BRASIL, 1998).

Tendo em vista que a infância é uma fase em que a criança irá se preparar para o futuro, onde ela terá suas vivencias com o meio que a circunda, passando a compreender o mundo em que vive e através das brincadeiras expressando suas leituras de mundo. As

crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito próprio (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva Machado (2002) acrescenta que:

[...] a criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados. Sendo assim, um pressuposto a ser assumido é a necessidade de explicar os fenômenos de natureza psicológica presentes nas interações humanas focando-os em sua gênese, estrutura, movimento e mudança, a partir de uma perspectiva histórica e dialética (MACHADO, 2002, p. 27).

Sendo assim, criança sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009).

Para Ariès (1981), diz que no século XX, com a influência de psicólogos e educadores, as crianças passam a ser vistas como seres de direitos e em fase de desenvolvimento. Afirma ainda, que a transformação pela qual a criança e a família passam ocupa um lugar central na dinâmica social.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil destina-se a crianças com idade entre 0 e 6 anos em creches e pré-escolas como um direito inalienável de todas as crianças. É a primeira etapa da Educação Básica onde devem ser estimuladas as habilidades psicomotoras, afetivas e a socialização através de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, bem como exercitar a capacidade de fazer descobertas, a motricidade e a cognição para posteriormente iniciar o processo de alfabetização.

A Constituição Federal, de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicitaram na legislação pátria a normativa que reflete a nova concepção da educação infantil como o 1º segmento do ensino básico. (BARBOSA, 2001).

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos surge no Brasil no final do século XIX, até então a educação só atendia as crianças acima dos 6 anos, o atendimento de crianças pequenas fora de casa em instituições como creches praticamente não existiam.

Por volta de 1887 e 1890 que foi criado os primeiros jardins de infância no Brasil, com o intuito de ajudar as mães das classes altas para que assim elas dessem conta de seus afazeres domésticos. Apenas entre 1889 a 1930 que teve ações

significativas demonstrando interesse maior na atuação da administração pública voltada para a criança. (KUHLMANN, 1998).

A Educação Infantil (EI) é marcada por lutas e ganhos importantíssimos. Assim, a EI é uma aquisição relevante para a sociedade, e principalmente para as crianças. O reconhecimento legal é encontrado em documentos oficiais como: Constituição Federal – CF/1988; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, 1996/2006; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (2009); que consolida no cenário brasileiro esta etapa educacional como uma conquista social.

Em relação à lei maior que rege este país, CF/88, artigo 208, inciso IV, está assegurado que é dever do Estado garantir a EI para crianças de 0 a 5 anos (BRASIL, 1988/2010), Ainda, no artigo 54 do ECA, encontra-se que a oferta de vagas na EI é obrigação do Estado. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, vemos que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009).

A educação da criança de 4 a 6 anos insere-se nas ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1975, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar na área da Assistência Social do Governo Federal, sendo reforçada com as mudanças ocorridas com a promulgação da Lei n. 11.274/2006, que define o Ensino Fundamental de nove anos, no Brasil, e inclui obrigatoriamente as crianças de 6 anos passando assim a Educação Infantil de 0 a 5 anos, para crianças de 0 a 6 anos. Sendo que o atendimento em creches ou entidades equivalentes será para as crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas para as de crianças de 4 a 6 anos o que atualmente tem adquirido reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica e componente dos sistemas educativos.

É importante destacar que o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) estabelece a extinção das classes de alfabetização: “Extinguir as classes de alfabetização incorporando imediatamente as crianças no Ensino Fundamental e matricular, também, naquele nível, todas as crianças de 7 anos ou mais que se encontrem na Educação Infantil” (II A 1 1.3 – meta 15). (BRASIL, 2014).

Para a implantação da meta 15, a inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, é necessário que a especificidade da faixa etária das crianças seja

contemplada como ponto de referência para as propostas educativas, bem como a necessidade de articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental tendo o perfil e os interesses da criança como elos de construção e aprendizagem.

Tradicionalmente, na educação de crianças de 0 a 3 anos predominam os cuidados em relação à saúde, à higiene e à alimentação, enquanto a educação das crianças de 4 a 6 anos tem sido concebida e tratada como antecipadora/preparatória para o Ensino Fundamental. Esses fatos, somados ao modelo de “educação escolar”, explicam, em parte, algumas das dificuldades atuais em lidar com a Educação Infantil na perspectiva da integração de cuidados e educação em instituições de Educação Infantil e também na continuidade com os anos iniciais do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2014).

Ao visitar os caminhos percorridos pela Educação Infantil no contexto da educação nacional, nos deparamos com avanços e retrocessos significativos na sua trajetória e que as políticas públicas que focalizam esta etapa da Educação Básica apresentam-se carentes daquilo que poderíamos chamar de avanços significativos. O distanciamento entre a legislação e a prática nas creches e pré-escolas se faz notar a partir das contradições vivenciadas nas ações cotidianas, onde o brincar, as atividades lúdicas e os jogos que são partes do universo infantil são tratadas com algo menor, como uma pausa entre as coisas sérias.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI. BRASIL, 1998), traz dentre os objetivos para a Educação Infantil, o:

Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido; expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998)

Partindo desses objetivos, percebe-se que a Educação Infantil deve priorizar o mundo da criança e sua especificidade, para a partir daí, os pequenos vivenciarem experiências que permitam a efetivação de suas aprendizagens escolares. Vale salientar que não podemos deixar de lado a articulação entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, especialmente para as crianças mais velhas que logo mais, aos 7 anos, estarão na etapa de alfabetização onde devem se interessar por aprender a ler, escrever e contar. Isso poderia ser resolvido muito mais facilmente se houvesse clareza quanto ao

caráter da Educação Infantil, se a criança fosse tomada como ponto de partida e não um ensino pré-existente. (KUHLMANN JR., 1999).

A proposta pedagógica, das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil (DCNEIs, 2009), destaca que a instituição educativa deve:

Garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p.19).

As Diretrizes Curriculares Nacional (BRASIL, 2009) destacam que as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, garantindo experiências que:

- I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; (...) (BRASIL, 2009, p. 26).

Permitindo que as crianças ao longo do processo de aprendizagem vão construído seus saberes através das suas leituras de mundo, conectadas com a cultura local e as muitas linguagens presentes no contexto educativo. Ainda segundo as DCNEIs a Educação Infantil deve ter os como eixos norteadores:

- VI - Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; (...)
- IX - Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- X - Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais; (...) (BRASIL, 2009, p.27).

A Educação Infantil deve contemplar o brincar como uma ação educativa com significados diversificados que permitam a criança criar e recriar novas formas de aprender e de sentido aos saberes sociais e culturais que são socializados pela instituição educativa.

4 A RELEVÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Kishimoto (1994), o brincar e o jogo vinculam-se ao sonho, à imaginação, ao pensamento e ao símbolo. É uma proposta para a educação de crianças com base no brincar e nas linguagens artísticas.

Para Vygotsky (1988) o brincar por meio do jogo tem um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento da criança. É por meio do jogo que ela procura incorporar o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual baseado no significado e não no objeto.

Na visão de Piaget (1973), tanto a brincadeira como o jogo são essenciais para contribuir com o processo de aprendizagem. Assim, ele afirma que os programas lúdicos são o berço obrigatório das atividades intelectuais das crianças. Sendo assim, essas atividades se tornam indispensáveis às práticas educativas, pois contribui e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

O jogo é, portanto, sobre suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação do real para atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente a fim de que jogando, elas chegam a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores a inteligência infantil (PIAGET, 1973).

Assim, com o jogo e a brincadeira, as crianças passam a fazer melhor associação com seu mundo real, pois nesse momento, eles conseguem expressar de uma forma particular as suas experiências, conseguindo assim uma aprendizagem significativa, sem cobrança.

De acordo com Wallon (1979) o termo infantil significa lúdico, pois toda atividade da criança é lúdica quando é exercida pela mesma. O brincar é uma forma livre e individual. Ele evidencia o caráter emocional em que os jogos se desenvolvem, demonstrando seu interesse pelas relações sociais infantis no momento do jogo e seus aspectos relativos à socialização. Sobre esse aspecto, Wallon acrescenta que:

A criança concebe o grupo em função das tarefas que o grupo pode realizar, dos jogos que pode realizar, dos jogos que pode entregar-se com suas camadas de grupo, e também das contestações, dos conflitos que podem surgir com o jogo onde existem duas equipes antagônicas (WALLON, 1979).

De acordo com Rolim, Guerra e Tassigny (2008) o brincar é importante em todas as fases da vida, mas na infância ele é ainda mais essencial, pois não se trata apenas de um entretenimento, mas também de uma forma de aprendizagem, é através da brincadeira que a criança vai descobrindo o mundo e construindo seus saberes.

De um modo geral, sobre o conceito de brincadeira, pode-se dizer que é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica (BRASIL, 2009).

Sendo assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, entende-se que:

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil (BRASIL, 2009).

Através das brincadeiras onde é usada dramatizações as crianças desenvolvem suas escolhas, seus companheiros e os papéis que irão assumir na sociedade ou em um determinado momento de suas vidas. Por meio do lúdico criado por cada criança, são acionados seus pensamentos para a decisão de problemas que lhe são importantes. Com a evolução da brincadeira, é construído um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão a partir de seu próprio ponto de vista sobre as pessoas, os sentimentos e os vários conhecimentos.

Sobre as categorias de experiência do brincar, as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil, destaca as seguintes contribuições:

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. (BRASIL, 2009).

Além das categorias citadas acima, encontramos nas DCNEIs (2009) o agrupamento de modalidades básicas tais como: brincar de faz-de-conta; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

A brincadeira das crianças evolui mais nos seis primeiros anos de vida do que em qualquer outra fase do desenvolvimento humano e neste período, se estrutura de forma bem diferente de como a compreenderam teóricos interessados na temática (Brougère, 1998).

Para Piaget (1971), o jogo é o predomínio da assimilação sobre a acomodação. Esses mecanismos incidem diretamente na equilibração do sujeito. O processo de equilibração, juntamente com a maturação, a experiência física e as relações sociais, são responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem de qualquer criança. Portanto, não há como pensar em jogo sem desenvolvimento e, conseqüentemente, aprendizagem.

Sendo assim, na fase pré-escolar que o brinquedo torna-se a atividade principal na criança, onde se caracteriza como uma atividade cujo motivo reside no próprio processo e não no resultado final da ação. Desta forma, o interesse da criança pelo jogo com regras inicia-se no final da idade pré-escolar, e passa a desenvolver-se durante os anos escolares, em que as crianças passam a ter maior entendimento do conceito de regras claras.

Outro aspecto importante a ser examinado na brincadeira infantil e sua função no desenvolvimento da criança é o conceito de “zona de desenvolvimento proximal”, ou “zona de desenvolvimento imediato”, em Vygotsky (1998).

O brinquedo cria na criança uma zona de desenvolvimento proximal, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p.112).

No decorrer das brincadeiras as crianças transformam os seus conhecimentos prévios em conceitos gerais com os quais estão tendo contato com a brincadeira. De acordo com Ronca (1989) “O movimento lúdico, simultaneamente, torna-se fonte prazerosa de conhecimento, pois nele a criança constrói classificações, elabora sequências lógicas, desenvolve o psicomotor e a afetividade e amplia conceitos das várias áreas da ciência”.

Rolim, Guerra e Tassigny (2008) nos aponta a questão da brincadeira como meio da criança aprender com muito mais prazer, destacando que o brinquedo, é o caminho pelo qual as crianças compreendem o mundo em que vivem e são chamadas a mudar. É a oportunidade de desenvolvimento, pois brincando a criança experimenta, descobre,

inventa, exercita. Vivendo assim, uma experiência que enriquece sua sociabilidade e a capacidade de se tornar um ser humano criativo.

Sendo assim, o aprendizado das crianças acontece de maneira continuada e progressiva e tem a demanda de ferramentas que permitem seu desenvolvimento nos aspectos sociais, biológicos e neurológicos, tendo em vista que a criança necessita de tempo para brincar, fazendo assim conexões com o aprendizado significativo.

5 JOGANDO, BRINCANDO, INTERAGINDO: da educação infantil a alfabetização.

A pré-escola é tida como uma fase de transformação da última etapa da Educação Infantil, processo o qual prepara as crianças para o passo seguinte da escolarização, tendo como foco a alfabetização, como revela em seu trabalho Angotti (2001, p. 59), “processo de formalização excessiva ao qual estão submetidas às crianças dentro das instituições pré-escolares”. A pesquisadora ressalta a exibição das crianças, as quais participam de sua pesquisa, o excesso de atividades de cunho repetitivo e mecânicas, abarrotadas de atividades impressas, cartilhas e cadernos de linguagens.

Os conhecimentos trazidos pelas crianças no período da Educação Infantil consistem um tanto quanto diferentes da realidade do Ensino Fundamental. Sendo assim, o processo de ensino dos alunos da Educação Infantil, favorece interações com o lúdico, com o espaço o qual está inserido, ao diálogo, entre outros. No que se refere ao Ensino Fundamental, à estrutura organizacional privilegia as práticas individualizadas, as quais requerem das crianças uma maior autonomia para cumprir com suas atividades sozinhas, tendo pouca interação das crianças entre si. O que causa, em princípio, certo estranhamento devido ao fato de estarem passando por uma mudança significativa em relação a esse processo de transição entre uma etapa da educação para outra (ANGOTTI, 1994). De acordo com as Orientações Gerais do MEC, ressalta que:

Uma questão essencial é a organização da escola que inclui as crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Para recebê-la, ela necessita reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização. (MEC, ORIENTAÇÕES GERAIS, 2006, p. 22)

Na concepção de Kramer (2006), a Educação Infantil é indissociável do Ensino Fundamental e a transição entre os ambientes escolares o qual requer um diálogo institucional e pedagógico, para que assim a criança não sinta tanto impacto com o novo ambiente, construindo ligações e novas aprendizagens prazerosas. De acordo com as orientações, a entrada na escola não pode se constituir em um processo de ruptura com o processo anteriormente vivido, mas sim uma continuidade. Sendo na Educação Infantil a fase em que as habilidades tidas como pré-requisitos para alfabetização serão desenvolvidas. De acordo com Poppovic (1968), a ideia de prontidão para a alfabetização representada pelo momento ótimo no desenvolvimento dessas funções, para o início de processo de alfabetização.

Para iniciar o processo da leitura e escrita (alfabetização), o indivíduo passa por um preparo que depende da relação entre o processo neurológico e de uma harmoniosa evolução de habilidades básicas como percepção, esquema corporal, lateralidade, posição, espaço, tamanho, quantidade, forma, discriminação visual, discriminação auditiva, verbalização de palavras, análises/síntese e coordenação motora. Conforme, Poppovic (1981), a leitura e a escrita não podem ser considerada como funções autônomas e isoladas, mas sim como manifestações de mesmo sistema, em que, através de situações concretas possa iniciar-se o processo de alfabetização compreendido na função simbólica, que é a leitura, e sua transposição gráfica que é a escrita.

Nessa perspectiva, Castillo (1999) ressalta que para que a criança faça o uso da leitura e escrita é indispensável que se desenvolvam algumas habilidades, tais como: discriminação visual, discriminação auditiva, memória visual e auditiva, coordenação motora, coordenação motora fina, conhecimento do esquema corporal, orientação espacial, atenção seletiva, domínio da linguagem oral, diferenciação entre letras e outros símbolos, cópia de modelos e memorização de relatos curtos, canções infantis, versos de rima fácil.

Sobre o esquema corporal, Le Boulch coloca que:

“O esquema corporal pode ser considerado como uma intuição de conjunto ou de um conhecimento imediato que temos do nosso corpo em posição estática ou em movimento, na relação de suas diferentes partes entre si, sobretudo nas relações com o espaço e os objetos que nos circundam”. (LE BOULCH, 1983, p. 37).

A lateralidade é o conhecimento e o domínio específico de um dos lados do corpo, que só são adquiridos por ela quando há uma perfeita sintonia do esquema corporal. Desta forma, o lado dominante apresenta mais rápido e com mais precisão,

pois ele inicia a ação principal. Segundo Faria (2001), lateralidade é a consciência interna que a criança tem dos lados direito e esquerdo de seu corpo, não se tratando de um conceito adquirido, mas de programas de atividades, cuja finalidade é o desenvolvimento de habilidades sensoriais e motoras, já que a criança é exposta a uma grande quantidade de estímulos que aumentam essa consciência.

Em relação à estrutura espacial, Oliveira (1997,p.74) afirma que é através do espaço e das relações espaciais que nos situamos no meio em que vivemos, fazendo observações, comparações, combinações, vendo as semelhanças e diferenças entre elas. E nessa fase em que a criança começa a desenvolver sua habilidade de noções de sociedade, de tomada de consciência de situações do seu meio e em relação ao seu próprio corpo.

A discriminação visual tem que ser trabalhada nas crianças desde cedo, visto que as que possuem uma deficiência nesse aspecto, ela pode apresentar uma maior incidência na confusão das letras simétricas. Visto que a discriminação visual está ligada a capacidade de comparar objetos, identificar os semelhantes e a diferença de detalhes. Preparando assim para a próxima fase que é a discriminação de símbolos abstratos, que são: diferença de letras, palavras, etc. Desenvolvendo dessa forma, o que é diferente daquilo que é semelhante, (BRAUN 1986).

No que se refere à discriminação auditiva, o autor supracitado afirma que “A discriminação auditiva exerce fundamental importância na alfabetização, pois o ritmo existe na fala e na escrita (BRAUN, 1986, p. 15)”. Sendo, essa habilidade está responsável pelo despertar a audição para sons fracos e fortes, mostrando a necessidade de ouvir bem a palavra em silêncio, fazendo assim, com que a criança faça distinção dos sons, tanto das palavras como também da musica. Auxiliando desta forma na sua compreensão das palavras e assim, ela passará a escrever palavras e ler.

No que diz respeito à direção, tamanho, forma, análise/síntese e coordenação motora, Hanna, Melo e Albuquerque (1999) afirmam que direção é utilizar conceitos relativos ao movimento de objetos ou pessoas (para cima, para baixo, para frente, para trás, para a direita, para a esquerda). O tamanho, é responsável por identificar e utilizar conceitos relativos à dimensão, comprimento e espessura dos objetos, tidos como pequeno/grande, fino/grosso, baixo/alto, curto/comprido. Forma é responsável por identificar e renomear exemplos de formas geométricas. Análise identifica ou separa as partes componentes de um todo. E a Síntese, identifica ou constrói um todo a partir de seus elementos.

A habilidade de síntese é tão necessária quanto a de análise para a leitura e a escrita, pois não basta saber identificar letras ou sílabas. É necessário que o conjunto de letras ou sílabas seja “compreendido” como um novo estímulo. Na habilidade de coordenação motora, a execução é a partir de instrução ou modelo movimentos precisos com os dedos, utilizando um instrumento como lápis, pincel, blocos lógicos, pequenos objetos, etc (HANNA, MELO E ALBUQUERQUE, 1999).

De acordo com os estímulos de cada criança, essas habilidades passam a ser desenvolvidas, assim toda a maturação neurológica passa por uma transformação de amadurecimento, pois várias áreas do cérebro serão ativadas, e consequentemente as habilidades de leitura e escrita, e a alfabetização de um modo geral farão parte de um processo de aprendizagem significativa e prazerosa.

6 MÉTODO

DELINEAMENTO

O presente estudo se configura de caráter descritivo com a finalidade de identificar e definir problemas e variáveis relevantes ao tema. A pesquisa é de base quanti e qualitativa com foco na análise sobre o processo de aquisição da alfabetização na Educação Infantil e se classifica como um estudo de levantamento (*survey*).

PARTICIPANTES

Participaram da aplicação do instrumento 10 crianças do Jardim II de uma escola particular da cidade de João Pessoa, com idades entre 5 a 6 anos, sendo 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Em relação à observação em sala de aula foi feita com toda a turma, totalizando 21 alunos. Para responder ao objetivo desta pesquisa a escolha da amostra para este estudo foi por conveniência, de natureza não-aleatória.

INSTRUMENTO

Para a realização deste estudo foi utilizado o Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para a Alfabetização- IAR de Leite (1984), por se tratar de um instrumento que contempla as atividades pertinentes a Educação Infantil, o qual possibilita analisar as respostas dos alunos que apresenta determinadas habilidades em determinadas fase do processo de desenvolvimento. Tem como objetivo avaliar o repertório de crianças na educação Infantil no que se refere aos conceitos fundamentais

para aprendizagem da leitura e escrita, possibilitando assim indicadores que apontam para condições que a criança apresenta para iniciar o processo de alfabetização. Sua estrutura abrange 13 áreas: o esquema corporal, lateralidade, posição, direção, espaço, tamanho, quantidade, forma, discriminação visual, discriminação auditiva, verbalização de palavras, análise-síntese, e coordenação motora fina.

PROCEDIMENTO

Inicialmente foi preciso entrar em contato com a direção das instituições para apresentar o instrumento a fim de solicitar as devidas autorizações dos pais/responsáveis para a coleta de dados que aconteceu em 1 sessão no turno da tarde. Após terem concordado com o estudo, os representantes legais das crianças assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com pessoas, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS.

Em sequência, os estudantes do Jardim II da Educação Infantil, responderam todo o instrumento. Esse procedimento atende às exigências necessárias para a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba.

Para a coleta de dados foi explicado as crianças pesquisadas que se tratava de um estudo no qual eles teriam que responder as questões de acordo com o que era pedido. O instrumento foi aplicado ao mesmo tempo com os 10 alunos participantes, em um espaço de tempo de mais ou menos 35 minutos de duração.

Além do período de observação na sala de aula no período de fevereiro à setembro de 2015; o que nos permitiu acompanhar as aulas ministradas pela professora regente do grupo, a metodologia usada, os jogos e brincadeiras trabalhados nas atividades cotidianas antes de aplicar o instrumento. Fazendo utilização assim da base de dados também qualitativa.

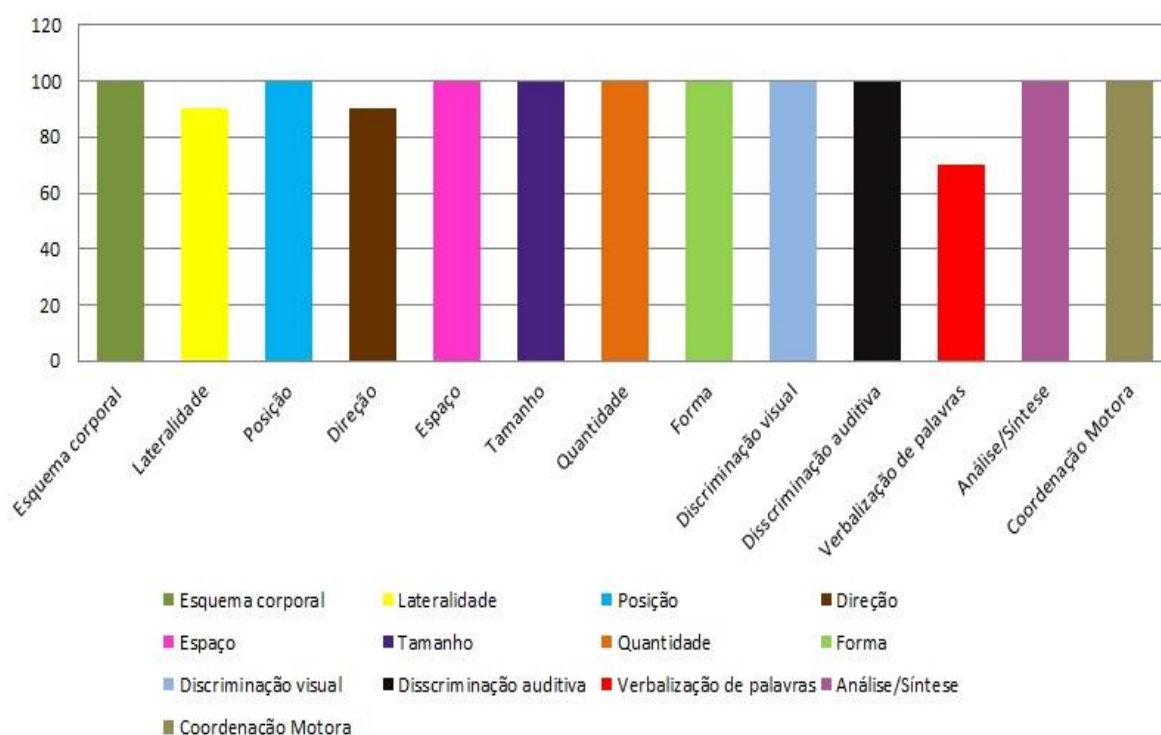
ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa por meio do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science 20*), que possibilitou as análises descritivas (média, desvio-padrão e percentuais) e verificação da pontuação em cada habilidade do instrumento. E segundo, qualitativa através da

observação feita em campo da metodologia adotada pela professora, com duração de oito meses.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados, a pontuação total obtido pelos alunos no Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para a Alfabetização- **IAR** tem uma Média ($m=5,90$; $dp=0,316$) de itens corretos.



Na habilidade de Esquema Corporal o escore total foi de 100%, a qual demonstra que as crianças apresentam um bom nível de conhecimento do seu próprio corpo, tanto em movimento como parado, possibilitando a identificação dos objetos que estão ao seu redor. Quando as questões destacaram aspectos relativos a lateralidade, o grupo obteve um escore de 90% de assertivas para tal habilidade, o que demonstra um bom domínio sobre o conhecimento dos lados de seu corpo, desde pequenos é de grande relevância que as crianças adquiram experiências que as conduzam a utilizar conscientemente as mãos, os olhos e os pés direito e esquerdo em tarefas comuns como: jogar bola, segurar a colher, recortar papel, etc.

No tocante à posição, espaço, tamanho, quantidade e forma, o escore alcançado pelos participantes foi de 100% e através desses aspectos, as crianças passam a desenvolver noções de frente, atrás, pequeno, grande, fino, grosso, as formas geométricas.

Em relação à habilidade de direção, os participantes atingiram de 90% acertos sendo essa capacidade responsável pelas noções daquilo que está em cima, o que está em baixo, empurrar, puxar, estender, girar, rolar, cair, levantar-se, os movimentos de um modo geral e a direção em que se encontram..

No que diz respeito à discriminação visual e auditiva o escore obtido pelos alunos atingiu 100% nesses aspectos, desse modo, tais habilidade foram desenvolvidas desde cedo nas crianças, para que elas pudessem identificar os semelhantes e fazer a diferenciação nos detalhes, fazendo discriminação dos sons, de ritmos e dos objetos. Salientando a importância de ouvir e ter atenção nas palavras para que tenha compreensão e faça a distinção da sonoridade daquilo que ouve.

Nas habilidades de Análise/síntese e Coordenação Motora o grupo atingiu um escore de 100%, sendo através desses aspectos que as crianças passam identificar às letras e suas formas, sílabas, as pronúncias das palavras e a dominar a escrita. A coordenação motora que é a capacidade de realizar movimentos que mantém o corpo em equilíbrio, o que nos permite desenvolver movimentos, sejam eles amplos ou finos.

Em relação à Verbalização de Palavras, o escore alcançado pelo grupo foi de 70%, de acertos, o que indica uma maior atenção nesse aspecto, tendo em vista que ele requer que as crianças oralizem as palavras para posteriormente lerem.

A partir dos dados obtidos, podemos sugerir que as habilidades tidas como pré-requisitos para a alfabetização encontram-se presentes nas ações desenvolvidas pelas crianças do grupo, que se mostraram aptas para irem para alfabetização. O que nos revela a importância da Educação Infantil para as séries seguintes, pois é nessa fase que tais habilidade serão estimuladas por parte dos professores.

Na metodologia utilizada pela professora da turma avaliada, o lúdico é um fazer que se destaca, pois é através das atividades lúdicas que ela trás pra sala de aula a magia da brincadeira, a descontração com os jogos e brinquedos, utilizando diversos materiais, dentre eles os recicláveis. Atraindo assim a atenção das crianças para as ações realizadas, conseqüentemente, atenção ao que vem sendo trabalhado nas diversas áreas e seus saberes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a ação do lúdico para a Educação Infantil é fundamental para conduzir a atuação pedagógica, sendo nessa fase importante contemplar o brincar como sendo um ato educativo com diversos significados, permitindo assim a criança o poder de criar e recria estratégias de aprendizagem dando sentido aos conhecimentos sociais e culturais que são socializados pela instituição educativa. Deste modo a aprendizagem das crianças acontece de forma continuada e progressiva.

Diante dos dados obtidos, observa-se que esse grupo de alunos está na média esperada para o Jardim II da Educação Infantil, os quais estão aptos a irem para a alfabetização, o que revela um aspecto de muita relevância para essa fase que é o lúdico como método de aprendizagem significativa.

Os objetivos dessa pesquisa foram alcançados com sucesso, visto que foi possível analisar as habilidades desenvolvidas na Educação infantil tidas como pré-requisitos para a alfabetização na fase seguinte. Destacando que durante o processo foram classificados os desempenhos apresentados pelas crianças e identificado como elemento mediador da ação educativa o lúdico como metodologia que propiciou as crianças elementos para desenvolverem as suas habilidades.

Outro aspecto que destacamos durante a realização desse percurso, foram os indicadores para novas investigações, onde poderá ser verificado se as crianças que obtiveram bons escorem nesta avaliação na Educação Infantil conseguiram de fato ser alfabetizadas, visto que elas já possuem todas as habilidades necessárias para tanto.

A realização dessa pesquisa possibilitou conhecer as habilidades desenvolvidas pelas crianças na Educação Infantil que iram favorecer a alfabetização e como os professores poderão garantir que todas as crianças aprendam de forma lúdica, tornando o aprendizado significativo.

A limitação encontrada nesse estudo diz respeito ao fato que alguns pais/responsável não autorizaram a aplicação do instrumento com seus respectivos filhos o que tornou nossa amostra um pouco menor que o planejado, mesmo assim não houve prejuízo para os resultados.

Diante dos resultados alcançados, percebemos a relevância da ludicidade no processo educativo das crianças por se tratar de um caminho rico de aprendizado, onde inúmeras potencialidades são trabalhadas para desenvolver habilidades, competências (PERRENOUD, 2000) e produtos culturalmente valorizados atribuídos à resolução de

problemas onde são estimulados momentos de criatividade; crescimento intelectual e continuidade para o desenvolvimento das inteligências múltiplas.

THE LUDIC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ITS RELEVANCE TO LITERACY: A psychoeducational approach

Summary: The methodology through games and activities that brings the playful to the educational actions, has shown great relevance in the pedagogical practice, especially in the early stages of education where children learn through ludicidades games and brincadeiras populating his universe, promoting the construction of knowledge during the various stages of human development and the acquisition of some key skills for the success of the learning process. The present research has as main objective to analyze the skills developed during childhood education. Specifically, we intend to: classify the desempenho of children in prerequisites for literacy; check the relevance of the use of games and playing in kindergarten. For this we count on the participation of 10 students of II Garden of a private school in the city of João Pessoa, aged 5 and 6 years (mean = 5.90, SD = 0.316), 50% male and 50% female. We used as a tool for data collection Basic Repertoire evaluation test for Literacy (IAR). The results obtained were as follows: 90% of participants agreed on the questions of laterality and spatial direction; with respect to verbalizing words 70% of respondents agreed; and in the categories of body image, position, space, size, quantity, shape, visual discrimination, auditory discrimination, analysis / synthesis and coordination, they hit 100% of the proposed questions, showing that this group of students is able to continue its path towards literacy. The data from this study demonstrate that the playful in the education of young children is of significant importance to the success of meaningful learning.

Keywords: Playful. Childhood education. Learning

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, M. O trabalho **Docente na Pré-Escola: Revisitando Teorias, Descortinando Práticas**. São Paulo: Pioneira Educação, 1994. P. 179.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flakman. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico. 1981.

ANGOTTI, M.; CUNHA, B. B. B.; YASLLE, E. G. **Pedagogia da Infância e Construção de Práticas Educativas: os educadores de infância como produtores de saberes no campo**. In: VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Modos de ser Educador: Artes e Técnicas, Ciências e Políticas. Águas de Lindóia, Anais, 2005, p. 50-55.

BARBOSA, M. C. S. **Educação Infantil hoje – É preciso definir ações integradas para práticas de cuidar e educar**. Revista do professor. Out. / dez. 2001.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20/12/1996. Lei de diretrizes e bases da Educação (LDB).

BRASIL. MEC. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAUN, Verônica. **Atividades preparatórias para leitura e escrita**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Kuarup, 1986.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTILLO, H.V. **A leitura de textos literários vs textos científicos por leitores incipientes.** In: WITTER, G. P. (Org) *Leitura: textos e pesquisas*. Campinas: Alínea, 1999

_____. **Educação Infantil, pra quê, para quem e por quê.** In: ANGOTTI, M. (org.) *Educação Infantil, pra quê, para quem e por quê*. São Paulo: Átomo & Alínea, 2006.

FARIA, A. M. **Lateralidade: implicações no desenvolvimento infantil.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

HANNA, E. S.; MELO, R. M.; ALBURQUERQUE A. R. **Desenvolvimento infantil e alfabetização.** Brasília. UnB, 1999.

_____. MEC/SEB/DPE/COEF. *Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: Relatório do Programa.* Orientações gerais. Brasília: MEC, 2006a.

KRAMER, S. **Educação social.** Campinas, v. 27, nº. 96, out. 2006.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994.

KUHLMANN J. M. **Educação infantil e currículo.** In: FARIA, A.L.G., PALHARES, M.S., orgs. *Educação infantil pós LDB: rumos e desafios*. Campinas, Autores Associados/FE/UNICAMP, 1999.

KUHLMANN J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE BOULCH, J. **A educação pelo movimento: a psicogenética na idade escolar.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1983.

LEITE, S. A. S. **IAR – Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para a Alfabetização.** São Paulo: Edicon, 1984.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília.*

MACHADO, Maria Lúcia (Org.). **Educação Infantil em tempos da LDB**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002. (Textos FCC).

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei n 4.024. Brasília: MEC, 1961.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei n 5.692. Brasília: MEC, 1971.

_____. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, v.1,2 e 3, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Gerais. Brasília: MEC. 2004

_____. Ministério da Educação. Nacional Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Brasília.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. P.36-39.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. (Trad.) Maria Alice M. D'Amorim; Paulo S. L. Silva. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

PIAGET, J. **A formação do símbolo da criança**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

PIAGET, J. INHELDER, Barbel. **A representação do espaço na criança**. Traduzido por Bernardina Machado Albuquerque. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

POPPOVIC, A.M. Alfabetização: disfunção psiconeurológicas. São Paulo: Vetor. 1968

POPPOVIC, A. M., Alfabetização, disfunção psiconeurológicas, 3º Ed. São Paulo. Vetor. 1981.

ROLIM, M. A. A., GUERRA, F. S. S; TASSIGNY, M. M., **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.** Fortaleza, v.23, nº 2, dez. 2008.

RONCA, P.A.C. **A aula operatória e a construção do conhecimento.** São Paulo: Edisplan, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** SP, Martins Fontes 1987.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

WALLON, H.. **Psicologia e educação da criança.** Lisboa: veja/Universidade, 1979.

_____. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1998.

Anexo I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa é sobre “O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A ALFABETIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA” e está sendo desenvolvida por Jéssica Lúcia da Silva Bulhões, aluna do curso de Psicopedagogia da Universidade Federal Da Paraíba, sob orientação da Prof^a Norma Maria de Lima.

O Objetivo geral do estudo é conhecer o nível do ensino da Educação Infantil, como ponte para o Ensino Fundamental. Especificamente, têm-se como objetivos: Analisar o quanto a Educação Infantil é importante para a alfabetização. Essa análise se mostra importante, pois pode ser analisado a relação do lúdico com o desenvolvimento e a aprendizagem, trazendo a importância do brincar para o desenvolvimento infantil e consequentemente, trazer a aprendizagem por meio de avanços sociais e cognitivos mediados pelos brinquedos à luz da Psicopedagogia. Tal intenção justifica a relevância acadêmica e social do projeto.

Solicitamos a sua colaboração para responder uma entrevista (com duração média de 20 minutos), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de educação e saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos participantes.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Eu, _____, idade _____, aceito participar da pesquisa “O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA SIGNIFICÂNCIA PARA A ALFABETIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA”, que tem o objetivo analisar o quanto a Educação Infantil é importante para a alfabetização. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso.

Os pesquisadores tirarão minhas dúvidas e conversarão com os meus responsáveis. Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que recebi uma cópia deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2015.



Impressão dactiloscópica



Impressão dactiloscópica

Assinatura do menor/responsável legal

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: jessyka_lucia@hotmail.com fone: 988868-6787

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Norma Maria de Lima, telefone: 988321850 ou para o Comitê de ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley - H-LW – 4^o andar. Cidade Universitária. Bairro: Castela Branco – João Pessoa – PB. CEP: 58059 -900.

E-mail: comitedeetica@hulw.ufpb.br Campus I – fone: 32167964.